

Economistas querem a dívida ^{fixa} fixada pelo Congresso

Brasília — Wilson Pedrosa

Brasília — A futura Constituição poderá fixar que o endividamento interno e externo da União e todas as decisões do Executivo na área financeira em geral tenham de ser previamente aprovadas pelo Congresso Nacional. Esta idéia foi defendida pelo economista Dércio Munhoz, da Universidade de Brasília (UnB), pelo ex-presidente do Banco Central, Carlos Langoni, e o ex-diretor da dívida pública do BC, André Lara Rezende, aos integrantes da Comissão de Sistema Tributário, Orçamento e Finanças presidida por Francisco Dornelles (PFL-RJ) e que tem Jose Seme (PMDB-SP) como relator.

Todos os três combateram a proposta de estatização do sistema financeiro, uma das bandeiras do PT e do PCB. Lara Rezende chegou a defender que o país “caminhe para uma maior privatização porque o sistema privado é, de longe, mais eficiente do que o público”. Segundo ele, os escândalos dos bancos privados “são brincadeira perto dos buracos deixados por bancos estatais”.

Dércio Munhoz frisou que a estatização dos bancos daria ao governo total capacidade de controlar os estados, municípios e indivíduos no aspecto financeiro. “E mesmo se chegarmos ao aperfeiçoamento democrático, fica a dúvida sobre a eficiência do sistema estatal.” O economista prefere o sistema híbrido — como existe hoje —, mas com a obrigatoriedade de prestação de contas ao Legislativo. “Só assim, teremos o controle da sociedade sobre a política econômica”, afirmou.



Lara Rezende(E) defendeu uma privatização maior da economia. Dornelles(C) e Serra comentaram baixinho

O ex-presidente do Banco Central Carlos Langoni lembrou que nos países onde houve estatização dos sistemas financeiros, como França e Portugal, a experiência não deu certo e já está havendo uma reversão para a privatização. Uma idéia que vem crescendo entre os integrantes da Subcomissão do Sistema Financeiro — e conta com a simpatia dos três debatedores — é de descentraliza-

ção, eliminando-se a necessidade de adquirir a carta-patente para abertura de bancos.

— Assim, acabaríamos com este verdadeiro cartório do setor e permitiríamos o crescimento de pequenas instituições. Mas seria necessário, paralelamente, eliminar os grandes conglomerados bancários — explicou Dércio Munhoz.